1
Introdução

> Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade, o dever de defendê-lo e preservá-lo para presentes e futuras gerações (Constituição Federal Brasileira, 1998 define no Cap. VI art.225).

A questão ambiental é fruto da interação natureza-cultura abrangendo os aspectos econômicos, geopolíticos, históricos e sociais dentre outros, que não estão isolados e sim, todos interligados.

A crise ético-sócio-ambiental que hoje atravessamos não se restringe a um país ou a uma determinada classe social ou mesmo a uma população, ela atinge toda humanidade. Por isso, encontramo-nos diante de um desafio: "o de saber decidir e discernir, o de saber realizar uma superação criadora deste momento que nos permita alcançar um novo patamar de pensamento, uma outra maneira de experienciar o mundo e a nós mesmos" (Unger, 2001 p. 19).

Alguns analistas dessa crise ambiental na atualidade têm alertado para a situação de "duplo risco" que atinge as sociedades periféricas, em virtude da conjugação e sobreposição dos riscos da pobreza e dos riscos tecnológicos .

A falta de opções obriga numerosos contingentes dos países do sul e, em menor quantidade, dos países do norte a viverem condenados às situações de duplo risco, mesmo quando tem consciência dessa condição, como por exemplo, moradores ribeirinhos sujeitos a enchentes, moradores de encostas, agricultores que utilizam agrotóxicos, operários industriais sujeitos à alta insalubridade, dentre muitos que vivem cotidianamente em situação de riscos.

A globalização econômica e o discurso dominante da sustentabilidade, em sua cegueira institucionalizada, miniminizam os esforços para construir saberes que integrem conhecimentos e valores. Nesta perspectiva, o saber se reduz ao propósito de resolver os problemas ambientais através de instrumentos tecnológicos e econômicos. Dissolve-se aí, a especificidade dos saberes e conhecimentos num fluxo indiferenciado de dados, numa ideologia dominante comum onde não têm vez os diversos interesses sociais pela apropriação da natureza, pela cultura, pelos valores, nem tão pouco o sentido teórico e estratégico dos conceitos. É neste sentido que a "utopia ambiental abre novas possibilidades,

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410373/CA

a partir do reconhecimento de potenciais ecológicos e tecnológicos, onde se amalgamam os valores morais, os saberes culturais e o conhecimento científico da natureza na construção de uma nova racionalidade social" (Leff, 1994). O saber ambiental transforma o conhecimento para construir uma nova ordem social.

No atual contexto sócio-mundial apontado como pós-modernidade ou, ainda, como uma das fases da modernidade - alta modernidade ou modernidade tardia (Giddens, 2002) - evidencia-se o tempo virtual, o cultivo exacerbado do individualismo e o consumo capital do humano se sobrepondo hegemonicamente sobre o tempo histórico, a alteridade e a existência ontológica.

Assim, este estudo busca contribuir para uma alternativa societária comprometida com o resgate do humano e do ambiental-cultural. Como centro desta investigação evocamos um corpo d'água, o rio Piraí, em seu *curso* (nascente à foz), em seu *per(curso)* histórico resgatado pela memória de seus sujeitos ambientais e em seu *trans(curso)* social, o seu transitar através de sua sacralização velada e desvelada pelas representações sociais identitárias do homem e, fundamentalmente, sua "profanação ambiental." (1)

Numa abordagem sócio-antropológica-ambiental, o sagrado e o profano são categorias de análise e síntese investigativas, interfaceadas dialeticamente nas representações sociais deste corpo d'água. Partimos da ressignificação dos conceitos de corpo e de água, para então enfocarmos o corpo d'água em seu devir sócio-cultural, seus cursos, seus percursos e seus transcursos de territorialidade, desterritorialidade e reterritorialidade (Deleuze-Guattari, 2002), descritos do capítulo 2.

Apontamos para a urgência de mudanças no comportamento de cada cidadão, existindo a necessidade de se estabelecer limites para a construção de um novo paradigma de produção/consumo sustentável.

O paradigma organicista contemporâneo, requer uma nova relação entre as antropossociedades e a natureza não-humana. Como conseqüência, novas formas de exercício da cidadania que incorporem e redimensionem a antiga cidadania (Morin, 2000).

(1) Profanação no sentido vulgar, comum, cotidiano, temporal, ou seja ,aquele em que os gestos não necessitam de qualquer precaução, mantendo-se dentre de uma margem freqüente estreita e bem definida, deixada ao homem para exercer a sua atividade sem restrições. (Caillois, 1950 apud. Freitas, 1999 p. 125)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410373/CA

O desafio para a consolidação de uma cidadania substantiva e direta reside na

> Capacidade de publicizar as instituições formais, de estabelecer práticas democráticas cotidianas, de promover uma educação capaz de refletir criticamente sobre o seu ambiente de vida e de consolidar uma *cultura de cidadania* nos planos local, regional ou internacional, articulada aos processos de transformação sistêmica (Loureiro, 2002).

A partir do conceito de ecocidania ou cidadania planetária vislumbramos elaboração e a efetivação de ações pró-ativas como inserção na ética ecológica que possibilite a tomada de consciência individual e coletiva das responsabilidades locais e comunitárias quanto globais, tendo como eixo central o respeito à vida. Ainda trazemos as idéias de Boaventura (2000) a respeito da crise mundial com a qual vivemos e a necessidade de novos paradigmas, na reinvenção de *miniracionalidades* para se alcançar um conhecimento-emancipatório. Procura-se estabelecer um diálogo com as contribuições de Guiddens (1990) a respeito das ondas de transformação social típicas da modernidade, evidenciando-se uma enorme degradação ambiental e a necessidade de novas formas do exercício da cidadania.

Neste mesmo capítulo, trazemos o conceito de memória e identidade, seus trançados culturais e identitários como processos e instrumentos de poder para provocar as mudanças necessárias e, conseqüentemente a ressignificação do rio Piraí como um *ícone de pertencimento.*

A investigação aponta para um entrelaçamento de metodologias sem perder a fidedignidade e o rigor necessário à investigação dos fatos e à compreensão dialética da realidade local.

Surgiu como desafio à abordagem de uma pesquisa coerente com um compromisso político e ético:contribuir para a interpretação e transformação da realidade social, ou seja, a pesquisa como práxis (Freire, 1997; Gadotti, 1995; Japiassu, 1995; Kicheloe & MacLaren, 1992 apud Oliveira, 2000).

Buscando ainda resgatar uma conexão entre comunidades humanas (recuperação histórica, simbólica e cultural) e, uma comunidade biótica, optou-se pela escolha do biorregionalismo, pois quando se trata de um projeto de pesquisa, é fundamental conhecer o local de intervenção. “O critério de definição de fronteiras da região pode ser um sistema de drenagem de águas, ou a fauna ,ou a flora de uma determinada região” (Sato, 2002).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410373/CA

> A visão biorregional permitiria que contemplássemos o local, regional, aquilo que está próximo e não apenas uma noção abstrata de lugar. A recuperação da história-cultural de um lugar permite o desenvolvimento de relações entre a comunidade e o ambiente biofísico que ela habita. Além da proximidade com a terra, a visão biorregional, permitiria uma relação mais próxima com a comunidade (Grun apud Sato, 2002).

Acredita-se que a cidadania é construída, na luta pela possibilidade de uma sociedade orgânica, com o ambiente que, obviamente, requer um sistema político O núcleo político da biorregião é a comunidade considerado núcleo básico, também do mundo ecológico. "É a comunidade que faz a gestão da terra.(...) exigindo mudanças nos estilos de vida e lutando por um poder difuso que atue sobre tais transformações" (Giovannini, 1997).

Como recorte histórico-temporal, traçamos o "breve século XX" (Hobsbawm, 1995) no município de Piraí, a partir de duas intervenções sócio-ambientais da *Light.* A primeira, por volta de 1905-1913, da instalação da "Casa de Força" geradora de energia elétrica e a transposição do curso do rio Piraí em Tocos (fotos e relatos no cap.3). A segunda, ao final da década de 40 e início da década de 50, com a reversão do curso do rio Piraí (fotos e relatos também no cap 3). Ambas as intervenções foram realizadas no contexto de modernização do Distrito Federal (Rio de Janeiro) e São Paulo as maiores cidades brasileiras que clamavam pela luz elétrica, no cotidiano de sua urbanidade.

Figura 1 – Propaganda para o consumo de energia elétrica

Paradoxalmente, o município de Piraí só contará com luz elétrica a partir de 1916, apesar das profundas alterações sócio-ambientais deflagradas em toda a região com as intervenções da *Light.*

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410373/CA

O serviço social da energia elétrica tem sua gênese no Brasil (Rio-São Paulo) vinculada ao "desenvolmentismo" principalmente para a Capital Federal que, por sua vez, está ancorado no uso/consumo dos recursos naturais de outros municípios fluminenses. Outro fator importante neste período foi a inauguração da rodovia Rio-São Paulo como relata o jornal "O Pirahy" de 3 de junho de 1928:

> A solenidade foi honrada com a presença do Sr. Presidente da República, Presidente Júlio Prestes de São Paulo, Presidente Manuel Duarte, deste Estado e altas autoridades. O município de Piraí foi representado pelo prefeito Henrique Nora. A Rodovia Federal Rio-São Paulo cortando o território do município com um seguimento de 25 quilômetros de extensão, e passando a 5 quilômetros desta cidade, à qual está sendo ligada pela reconstrução, já adiantada, da estrada antiga, tem sido um precioso fator de prosperidade. Isto, não só porque facilita a comunicação com as duas grandes capitais e valoriza as propriedades rurais e urbanas, como porque o grande número de operários empregados nessa obra aumenta consideravelmente o número de consumidores, fazendo crescer o volume das transações do comércio local (O Pirahy, 1928).

Com um olhar ressignificante, essa dissertação desenvolve pesquisa como práxis humana,ou seja, intervenção do homem em sua realidade sócio-ambiental. Percebe-se, então, o *curso, per (curso) e o trans (curso)* de águas como fruto geohistórico da construção/intervenção do homem – sujeitos sócios coletivos. A dialética da (des)territorialidade do complexo fluvial e seus desdobramentos socioambientais, bem como a complexidade das identidades em torno do corpo d´água são eixos epistemológicos desta pesquisa na construção da plena cidadania

> A riqueza desperta o desejo de mais riqueza. Então os homens disseram: "Isto aqui será uma metrópole". Aí acabou-se a boa vida do rio: trataram de confiná-lo para evitar enchentes; construíram barragens para domar sua força e desviaram suas águas para produzir energia lá no pé da serra (Rocha, 2002).

A forma como a humanidade vem desperdiçando ou poluindo a água pode criar uma grave crise no mundo. Trata-se de uma disputa sem precedentes na história da humanidade pela obtenção e pelo uso da água do planeta., pois sem água não há vida, portanto não se restringe somente a uma questão de ordem econômica e financeira do mercado internacional, e sim de sobrevivência.

É necessário refletir sobre este eminente problema, porque a escassez e os usos inadequados estão apontando a "questão da água" como um dos graves problemas da humanidade no decorrer do século XXI.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410373/CA

Estima-se que 97% das águas existentes no planeta seja salgada, 2% forme as geleiras e somente 1% de água doce seja armazenada em lençóis subterrâneos, rios e lagos, sendo ainda distribuída de maneira desigual pela Terra (Anais do Crea-RJ, 1997).

Existe de modo geral um desconhecimento da população sobre a real situação das águas dos rios, seus níveis de poluição e formas de utilização.

O rio Piraí aparece como um importante exemplo deste desconhecimento e descaso. O referido rio é afluente da margem direita do rio Paraíba do Sul, sendo de grande importância para o Estado do Rio de Janeiro, como também para o município do Rio de Janeiro e toda a região metropolitana, já que faz parte do Sistema-Light, sendo ainda responsável por 96% do abastecimento de água do Sistema Guandu e 20% da energia elétrica da cidade do Rio de Janeiro. É interessante notar, que mais de 80% das águas do rio Piraí, foram desviadas pela barragem de Tocos, para atender o Reservatório de Ribeirão das Lajes, além disso, atualmente o leito do rio Piraí, recebe também águas do rio Paraíba do Sul, após ter percorrido diversos municípios do Estado de São Paulo e do Estado do Rio, trazendo toda a sorte de poluição (Piraí em cartografias- cap.3).

Figura 2 – Sistema Light

Trabalhar com a idéia de *empoderamento* nas comunidades, com o objetivo de criar condições para uma inserção mais justa no *capitalismo cultural*

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410373/CA

"significa encontrar as estreitas vielas (*córregos, riachos e ribeirões*) deixadas pelas práticas sistemáticas da disputa pelo poder para, através delas, fazer avançar a construção de identidades culturais poderosas e transformadoras" (Fonseca, 2003 p.17).

Aparecem também no cap. 3 alguns relatos em história de vida de pessoas que de alguma forma vivenciaram as duas intervenções, assim como fotos, imagens e documentos relativos a esses dois momentos evidenciados na complexidade da constituição dos lugares, enraizados no passado, nas modificações com a passagem do tempo e no acúmulo de experiências e de sentimentos, os quais são valiosos para esta pesquisa.

"Uma *identidade de projeto* só se constrói quando os agentes sociais tratam de redefinir a sua própria posição na sociedade, a partir dos legados culturais a que tiveram acesso" (Castells, 2002 p. 425-427). Conseqüentemente "as redes de solidariedade serão fortalecidas na medida em que a própria comunidade procure ressignificar alguns dos seus símbolos através de práticas e conteúdos vivenciados no seu cotidiano" (Ibid., 86).

Torna-se necessário ir às nascentes como fonte de um saber ambiental, uma racionalidade ecológica e uma política com o propósito de forjar novas formas de organização social, novos afluentes societários, novos sujeitos coletivos, como protagonista e senhores de sua própria história.

No capítulo 4, estão as considerações finais com suas devidas limitações, pertinências, avanços, revelações, indicativos e proposições. Há, ainda, uma parte em anexo que consta de documentos, fotografias, esquemas e depoimentos.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410373/CA